

POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Gustavo Henrique dos Santos¹

Siomara Aparecida Marques²

Janete Stoffel³

Palabras-chave: Agricultura Familiar; Estado; Campo.

INTRODUÇÃO

Compreender o conceito de políticas públicas voltadas para a produção de alimentos é fundamental para analisar como os governos atuam na promoção da segurança alimentar, do desenvolvimento econômico e da sustentabilidade no campo. As políticas públicas englobam ações, programas e estratégias que podem atuar no fortalecimento da agricultura, apoiar as famílias camponesas, garantir o acesso da população à alimentos de qualidade e inclusive reduzir desigualdades sociais. Além disso, o entendimento da temática permite avaliar os impactos das decisões governamentais sobre as diversas frentes de atuação como os programas de apoio à produção de alimentos no campo.

O trabalho tem por objetivo entender o conceito de políticas públicas no contexto de produção de alimentos no campo. A metodologia baseia-se em estudo bibliográfico a partir da literatura existente de autores que tratam do conceito de Políticas Públicas como: Celina Souza, Lindomar Wessler Boneti, Catia Grisa, Sergio Schneider, Soraya Vargas Cortes, Paulo André Niederle, que seguiu a proposta de revisão de Gil (2002), isto é, a sistematização dedicada à contextualização teórica do problema de pesquisa e a sua

1 Mestrando do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável na Universidade Federal da Fronteira Sul (PPGADR/UFS), gustavo.henrique@estudante.uffs.edu.br.

2 Cientista Social, Mestre e Doutora em Sociologia Política, Professora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável na Universidade Federal da Fronteira Sul (PPGADR/UFS), siomarques@uffs.edu.br.

3 Economista, Mestre e Doutora em Desenvolvimento Regional, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável na Universidade Federal da Fronteira Sul (PPGADR/UFS), janete.stoffel@uffs.edu.br.

relação com o que já foi investigado à respeito. A pesquisa preocupa-se em entender por que é um desafio acessar políticas públicas para produzir alimentos com foco na agroecologia ao invés da produção de *commodities*.

DESENVOLVIMENTO

As políticas públicas podem ser compreendidas como o conjunto de ações, decisões, programas e estratégias elaboradas pelo Estado em diálogo com diferentes setores da sociedade, com o objetivo de responder a demandas coletivas e intervir na realidade social (Souza, 2006; Boneti, 2018). No contexto da produção de alimentos, esse conceito torna-se relevante, pois envolve questões voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), ao acesso à crédito, à promoção da segurança alimentar, à sustentabilidade entre outros.

Algumas questões que orientam este estudo são: O que são Políticas Públicas? Qual é o papel do Estado para com as populações? Como as políticas públicas se relacionam com a produção de alimentos no campo?

RESULTADOS, AVANÇOS E REFLEXÕES

O conceito de políticas públicas pode ter vários entendimentos, mas pretendemos olhar para questões que dizem respeito às ações e legislações do governo sobre a população em geral e que moldam nossa forma de viver e interagir na sociedade. Souza (2006) salienta que, para entender as políticas públicas, é essencial considerar os contextos políticos, econômicos e sociais em que elas são formuladas e implementadas.

Para Marques e Faria (2018) é importante reconhecer que Políticas Públicas se tratam de temática interdisciplinar por natureza, visto que há dificuldades na construção de patamares teóricos comuns de discussão. Dessa forma buscamos trazer uma resposta pelo viés interdisciplinar, relacionando com a temática da produção de alimentos.

Embora não tenhamos uma definição única de Políticas Públicas e considerando a complexidade do tema, buscaremos entender sua origem e formulações enquanto área de conhecimento e conceito. Para Souza (2006, p. 21-22)

A política pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica nasce nos EUA [Estados Unidos], rompendo ou pulando as etapas seguidas pela tradição europeia de estudos e pesquisas nessa área, que se concentravam,

então, mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos.

A autora busca trazer definições sobre políticas públicas mapeando desde a literatura clássica à contemporânea, com ênfase na ação dos governos. “Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, **‘colocar o governo em ação’** e/ou analisar essa ação [...]” (Souza, 2006, p. 26. Grifo nosso). Na essência da teoria, representa as ações do governo para com a população e a forma como vemos as ações sendo traduzidas em resultados ou mudanças no mundo real.

Já para Boneti (2018, p. 52) “[...] uma política pública nasce, antes de tudo, do debate social entre os diversos agentes, como é o caso das classes sociais, partidos políticos, movimentos sociais, interesses individuais etc.” Desse modo enfatizamos a nessa concepção a importância da sociedade civil e da luta dos movimentos sociais. O autor traz diversas abordagens destacando o processo de elaboração e efetivação das Políticas Públicas. Esclarece que desde a elaboração até a execução, ocorrem diversos conflitos de interesses, com diferentes poderes sendo acionados, dentre eles partidos políticos, instituições públicas, empresas e outros (Boneti, 2018).

Podemos analisar Políticas Públicas como sendo uma ação do Estado para com a população. Boneti (2018, p. 18) afirma que:

Nesse caso pode-se afirmar que o Estado se apresenta, diante das políticas públicas, como um agente de organização e de institucionalização (no sentido de estabelecimento de normas, regras e valores) de decisões originadas do debate público entre os diversos agentes (representantes sociais) a partir de demandas (necessidades) ou interesses restritos.

O Estado atua, nesse cenário de tensões, como um agente que organiza e institucionaliza as diferentes necessidades e interesses da sociedade, atuando e intervindo nos rumos de investimentos públicos, por exemplo.

Entende-se por políticas públicas o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil. Tais relações determinam um conjunto de ações atribuídas à instituição estatal, que provocam o direcionamento (e/ou o redirecionamento) dos rumos de ações de intervenção administrativa do Estado na realidade social e/ou de investimentos (Boneti, 2018, p. 18).

Partindo do ponto de vista do autor, essas ações carregam consigo uma perspectiva de futuro, pois busca transformar ou regular a realidade social. Boneti (2018, p. 19) afirma que “se cabe ao Estado o gerenciamento das demandas e dos interesses dos diversos

agentes sociais, isto se faz por meio de um conjunto de ações de investimentos e/ou regulação, numa perspectiva de futuro”. Isso nos remete a considerar a importância do papel que uma Política Pública como o Pronaf com objetivos claros, pode resultar na sociedade Brasileira.

A principal crítica feita nesta questão é a dificuldade de acesso a políticas públicas de agricultura familiar, a qual vem sendo motivos de amplos debates nesse segmento econômico. Essa relação entre a ação do Estado com a população também pode ser compreendida por meio de estudos sociológicos. De acordo com Cortes (2018, p. 47) “as abordagens sociológicas podem oferecer modelos teóricos alternativos para analisar ou prever o comportamento de atores sociais e estatais”. Com isso destacamos a importância de adotar diferentes visões no estudo de Políticas Públicas.

Alguns programas como Políticas Públicas Ambientais são voltados a promover a sustentabilidade e a proteção do meio ambiente em torno da produção de alimentos, como exemplo da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA). Também há as políticas para a agricultura familiar no campo, como o Pronaf. Para a agroecologia, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) (Grisa; Schneider, 2015; Niederle *et al*, 2024).

De acordo com Grisa e Schneider (2015, p. 43) as políticas públicas voltadas para o campo até 2014, de modo geral, são divididas em três principais gerações. Primeira geração: fortalecimento do viés agrícola e agrário da categoria social. Segunda geração: focada em políticas sociais e assistenciais. Terceira geração: voltada para a construção de mercados orientados pela segurança alimentar e pela sustentabilidade ambiental.

Compreende-se dessa forma, que tais políticas públicas são fundamentais para garantir que a produção de alimentos no campo aconteça. A análise da literatura indica também que o principal desafio das políticas públicas é superar o foco na produtividade para o mercado com o desenvolvimento sustentável na agricultura familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROJEÇÕES

O conceito de Políticas Públicas a partir de uma abordagem interdisciplinar é então compreendida como ação governamental do Estado mediante a diferentes demandas sociais. O conceito é apresentado a partir da ideia de que políticas públicas não possuem uma definição única, pois envolvem diferentes áreas do conhecimento e por isso devem ser analisadas de forma interdisciplinar.

O estado é visto como o agente que organiza e institucionaliza as demandas sociais, inclusive a de lutas de movimentos sociais. Dessa forma, as políticas públicas não se constituem apenas ação governamental, mas o modo pelo qual observamos essa ação, pode ser expressada de diferentes formas de acordo com os agentes envolvidos.

Por fim é mencionado exemplos de políticas públicas voltadas para o público do campo, destacando como principais exemplos o Pronaf, Pnapo e Planapo. A atuação dessas políticas é então trazida por Grisa e Schneider (2015) a partir de três gerações, como a do fortalecimento agrícola, das assistenciais e sociais, bem como a voltada à segurança alimentar e à sustentabilidade.

A compreensão obtida pela pesquisa bibliográfica consiste no entendimento conceitual de que as políticas públicas voltadas ao setor da agricultura familiar, são fundamentais para garantir que a produção de alimentos no campo aconteça. A crítica feita nessa questão é de que cabe ao Estado maior responsabilidade na implementação para com a população a fim de superar barreiras de dificuldade no acesso às políticas públicas de produção de alimentos pelas famílias do campo.

Financiamento

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

REFERÊNCIAS

- BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas Públicas por dentro**. 4ª edição. Ijuí, Editora Unijuí, 2018.
- CORTES, Soraya Vargas. Sociologia e Políticas Públicas. *In*: MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (Org.). **A Política Pública como campo Multidisciplinar**. 2ª edição. São Paulo, editora Unesp: Rio de Janeiro, editora Fiocruz, 2018.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sergio (Org.). **Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural no Brasil**. 1 edição. Porto Alegre, UFRGS, 2015. ISBN 9788538602620.
- MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). **A política pública como campo multidisciplinar**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2018. 283 p. ISBN 9788539307470.
- NIEDERLE, Paulo André *et al.* A trajetória brasileira de construção de políticas públicas para a agroecologia. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 270-291, Jan. 2019. ISSN 1982-6745. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/redes.v24i1.13035>. Acesso em: 09 Dez. 2024.
- SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.